

# EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO TOCANTINS: EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS NÃO- ESCOLARES

## EDUCATION AND POLITICAL TRAINING IN THE MOVEMENT OF RURAL WORKERS WITHOUT EARTH OF TOCANTINS: EXPERIENCES OF EDUCATIONAL PRACTICES IN NON SCHOOL SPACES

Rejane Cleide Medeiros de Almeida 1

Doutora em Sociologia (UFG), Mestre em Educação (UFG),  
Especialista em Agroecologia (UEG), Graduação em História (UFPE) e Pedagogia  
(UFPA), professora do curso de Educação do campo- UFT, Tocantinópolis.  
Professora e vice-coordenadora do programa de pós-graduação em  
Estudos e Território (PPGCult). Estuda os temas relacionados a Territórios,  
territorialidades, Cultura, Movimentos sociais do campo, Nova Cartografia  
Social (PNCSA), Povos e comunidades tradicionais, Educação popular e do  
campo, Mulheres camponesas e práticas agroecológicas.  
E-mail: rejmedeiros@uft.edu.br

**Resumo:** O artigo é resultado da pesquisa de doutorado. As reflexões que se apresentam tratam-se da formação política e educação no Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra- MST, Tocantins, contendo análises sobre ações de organicidade do movimento, como possibilidade de práticas educativas em espaços não escolares. O objetivo é compreender como ocorre o processo de formação política e a educação na organização do MST no estado do Tocantins e de que forma esse processo formativo gera práticas educativas e aponta para mudanças na cultura política. Na metodologia desenvolvida adotou-se uma abordagem predominantemente qualitativa. As técnicas utilizadas foram entrevistas semiestruturadas, questionário (com perguntas abertas e fechadas) e observação sistemática em fóruns, encontros regionais, seminários, ocupações, congressos, processo de formação política, grupos de estudos temáticos e estratégicos do movimento. A pesquisa apontou que a práxis do MST e a relação com a formação política possibilitam um processo de organização nos territórios em disputa.

**Palavras-chave:** Práxis. Práticas educativas. MST.

**Abstract:** The article is a result of doctoral research. The reflections that are presented are about the political formation and education in the Landless Workers' Movement - MST, Tocantins, containing analyzes on the organicity actions of the movement, as a possibility of educational practices in non-school spaces. The objective is to understand how the process of political formation and education in the organization of the MST in the state of Tocantins occurs and how this formation process generates educational practices and points to changes in the political culture. In the methodology developed, a predominantly qualitative approach was adopted. The techniques used were semi-structured interviews, questionnaire (with open and closed questions) and systematic observation in forums, regional meetings, seminars, occupations, congresses, political formation process, thematic and strategic study groups of the movement. The research pointed out that the MST praxis and the relationship with the political formation make possible a process of organization in the territories in dispute

**Keywords:** Praxis. Educational practices. MST.

## Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa da tese de doutorado, são escritos dispostos no quarto capítulo que serão apresentados como síntese da pesquisa. As reflexões que se apresentam tratam-se de formação política e educação no Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra- MST, Tocantins, usando duas ações de organicidade do movimento, como possibilidade de práticas educativas em espaços não escolares: o protagonismo das mulheres na luta política e o acampamento como espaço de formação e práticas educativas. O objetivo é compreender como ocorre o processo de formação política e a educação na organização do MST no estado do Tocantins e de que forma esse processo formativo gera práticas educativas e aponta para mudanças na cultura política.

Compreender a formação humana como dimensão sociocultural é buscar capturar o sentido educativo para o MST. Por sentido sociocultural entende-se a produção histórica de um conjunto articulado de significados que se forja na formação do Sem Terra enquanto sujeito político coletivo, que vive um processo dialético, de produto e de agente de formação. Para Caldart (2004, p.33), não se trata de fazer referência a novos sujeitos e sim entender que “os sem-terra assentados podem até ser considerados uma nova forma de campesinato, [...], mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isso, continuam chamando-se e sendo chamados de Sem Terra, e participam do MST; porque essa é a nova identidade [...]”.

Como sujeito social os Sem Terra se constituem enquanto um coletivo que trava uma luta que busca garantir sua própria existência social enquanto classe trabalhadora que vive da terra. Enquanto sujeito social o MST, se constitui em uma realidade social, que tem no modo de produção da vida material o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Assim sendo, os Sem Terra se constituem como um sujeito social, no sentido de sujeito coletivo que tem a sua participação em mobilizações e ações coletivas. No entanto, quando se refere a formação de sujeitos, o MST se constitui na unidade da diversidade, isso implica em afirmar que há identidades que se imbricam na formação da identidade social mais ampla que é identidade Sem Terra. O que Caldart (2004, p.34) afirma ser Sem Terra:

Formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista [...].

Como educação o MST defende a práxis que tem como matriz a formação humana, com sua dimensão sociocultural, ou seja, uma formação que priorize o desenvolvimento das várias dimensões do ser humano, indo além da ideia de educar, de competências meramente técnicas ou de mercado de trabalho. Para destacar as perspectivas de educação e de formação para o Movimento, Caldart (2000, p. 143): adverte que o MST compreende que a educação não ocorre somente na escola, mas é necessário buscar o conjunto do movimento com a preocupação de vê-lo em sua dinâmica histórica, que também inclui a escola. Nesse aspecto, sugere a autora, é preciso compreender que *educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nesta realidade (grifos da autora).

Em relação à sua escola de formação política o MST tem como objetivo desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, com o intuito de transformá-los em quadros políticos com elevado nível de conhecimentos, lhes possibilitando maior segurança ideológica para agirem politicamente. Em sentido estrito, a formação de militantes compreende a formação para as tarefas da luta cotidiana do Movimento, tanto as imediatas quanto as de longo prazo, ou seja, busca fundamental, teórica e politicamente, a práxis dos seus militantes, considerando a diversidade de funções exigidas e o processo de qualificação deles, desde os militantes de base até os quadros dirigentes. Portanto, o objetivo é formar seus intelectuais orgânicos, para alterar as relações de hegemonia no âmbito da luta de classes, como bem adverte Gramsci (2002).

Quanto à metodologia utilizada nesta pesquisa adotou-se uma abordagem predominantemente qualitativa. As técnicas utilizadas foram entrevistas semiestruturadas,

questionário (com perguntas abertas e fechadas) e observação sistemática em fóruns, encontros regionais, seminários, ocupações, congressos, processo de formação política, grupos de estudos temáticos e estratégicos do movimento.

A pesquisa apontou que a práxis do MST e a relação com a formação política possibilitam um processo de organização nos territórios em disputa e que, uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão, e que as ações e estratégias para formação dos seus quadros é efetivamente a práxis. Ao defender a práxis no cotidiano – que pode se configurar tanto nos grandes movimentos de transformações políticas, quanto nas pequenas atividades que conduzam à produção dos meios de vida para a subsistência do sujeito em ação – e que as ocupações, as manifestações, as organizações dos coletivos e assembleias no acampamento se configuram em espaços que contribuem efetivamente no processo de formação das camponesas e camponeses em luta pela terra, desenvolvendo práticas educativas que possibilita construir uma nova cultura política. Como também, para elaboração de práticas educativas que serão importantes para o fortalecimento do projeto político-educativo do movimento.

A constituição do MST no estado do Tocantins é uma ação de mudança no cenário político, uma vez que o movimento se organiza para pautar as demandas dos trabalhadores Sem Terra, cria repertórios variados de ações e promove o debate crítico nos coletivos dos acampamentos.

## A constituição do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado do Tocantins

As contradições da luta pela terra no estado de Tocantins e as tensões imputadas a essa luta ocorrem em razão das dificuldades encontradas pelo MST, frente à concentração de terras em mãos de poderosos latifundiários que matam, violentam e perseguem os camponeses. Numa reunião da coordenação estadual do movimento, em Carrasco Bonito (2015), a fala de um dos militantes apresenta o seguinte balanço do Movimento desde sua criação no estado de Tocantins:

O MST que tem 17 anos criou só 15 assentamentos? O MST criou só 15 assentamentos em um universo de 378 assentamentos no Estado. Temos que associar que a concentração de terra é poder, certo? Terra, concentração e poder, nós somos comparados com Alagoas. O poder político nunca foi tão articulado e organizado pra evitar a criação de assentamento depois da década de 1990 [como] no Estado do Tocantins, e não é porque o MST e os Sindicatos não fizeram lutas aqui. É porque a partir do momento em que rompe o estado [refere-se a divisão do Estado de Goiás] ele concentrou e garantiu que aqui não vai sair assentamento! (**Militante**–TO, 2015).

O poder político é muito forte, mas muito forte! Por quê? São os ruralistas que estão nos parlamentos, os ruralistas que são fazendeiros que detêm o poder, que detêm a terra, que detêm o poder político e econômico. Percebem isso? Quanta ocupação de terra o MST fez na década de 1990? Quantas ocupações de terra o MST fez na região de Araguaína? Veio nascer um assentamento um dia desses; e nasce um assentamento onde nem era uma terra em disputa, a fazendeira queria vender, vendeu para o INCRA. Aí nós tínhamos Sem Terra e assentou (**Militante**, Tocantins, 2015).

Os assentamentos do MST, os quais o militante se refere, são: Primeiro de Janeiro (município de Palmeiras); Oziel Alves (município de Cachoeirinha); Mártires da Terra (município de São Bento); Dois de Janeiro (município de Palmeiras); Manoel Alves (município de Araguaína); Che Guevara (município de Goianorte); Onalício Barros (município de Caseara); Antônio Moreira (município de Ananás); Vitória (município de Arguanópolis); Zumbi dos Palmares (município de Silvanópolis); Santa Tereza (município de Pindorama); Paulo Freire I e II (município de Rio dos Bois); Padre Josimo

II (Nova Rosalândia).

Quanto ao poder dos fazendeiros na região do Bico, este se estende aos cargos ocupados no executivo e legislativo brasileiro, em função da propriedade e do controle das terras e da constituição das relações de trabalho, que tenta manter os camponeses/as do Bico do Papagaio em uma situação de submissão e dependência dos fazendeiros. A relação entre o poder local e o poder político é a garantia da continuidade da produção da riqueza. Entretanto, é esta condição de desigualdade que gera os conflitos no campo.

Os conflitos por terra em Tocantins revelam a relação do latifúndio com o Estado. Quando os fazendeiros estão endividados recorrem ao Estado por meio das instituições agrárias (INCRA) e assim poderem vender suas terras a preços elevados; com isso, cria-se um mercado de terras devolutas, griladas e depois repassadas ao próprio Estado para assentar os camponeses, sem criar conflitos.

Partindo desse cenário conflituoso, busca-se compreender como nasceu, em 1997, o MST na região Norte do estado do Tocantins, apoiado por outras organizações camponesas. A principal tarefa desse Movimento foi então organizar as massas excluídas do campo que estavam perambulando nas periferias das cidades, fugindo dos conflitos no campo com os fazendeiros; expulsos de suas terras, pois muitos eram posseiros e por isso migraram a procura de trabalho nas cidades.

[...] Aqui no estado do Tocantins, tinham os posseiros, com suas resistências com os seus conflitos, tinham os sindicatos com suas lutas, suas contradições e seus conflitos, as associações com suas lutas e seus conflitos. Não que a luta parou, mas é que o movimento é organizado especificamente pra isso, né? Então o MST, eu entendo que chega um pouco pra preencher esse vazio, que ao lado da CPT e de outros movimentos sociais e sindicais e essas outras lutas pontuais se somam nesse processo de luta. Então o MST se institui nesse bojo, não que ficou só ele sendo protagonista dessa luta, né? Então, ele foi um dos sujeitos sociais que veio dar sequência a essa luta. Inclusive trazida pelos próprios movimentos, né? [...]. (Entrevistado nº 5, 2015).

Em relação a formação do movimento, Bogo (2011, p. 191) destaca o seguinte: É importante considerar os diversos estágios de conhecimento na organização do MST: base, militantes e dirigentes. O nível de base compreende aquela formação que se realiza em cada local onde o movimento tem sua representação.

Compreende-se, portanto, como “base” de um movimento aquela força social que está sempre na luta cotidiana. Já a “organização política” é composta pelos setores que se integram nos círculos organizativos. Dessa forma, os “militantes e dirigentes” cumprem funções concretas na luta social e na direção política e são quadros formados pelo movimento. Nesse sentido, vale a pena se atentar para uma ressalva realizada por Bogo (2011, p. 191) de que “[...] formação política e ideológica se fragiliza quando se fragmentam os conteúdos e a formação passa a se realizar acentuando a importância “apenas” técnica ou de assimilação de conteúdos”.

Assim, iniciaram-se as ações para instalação do MST no Estado, que resultaram na primeira ocupação de terra de acordo com as orientações do movimento e o trabalho de base ocorreu com o intuito de fazer ocupação e organizar os camponeses. Uma fazenda foi, então, ocupada no município de Palmeiras (TO) que recebeu o nome de “Primeiro de janeiro”, justamente por que foi no dia 01 de janeiro de 1998 que houve a primeira ocupação. Hoje é um assentamento com 159 famílias.

A articulação com a Igreja e o sindicato foi indispensável para a organização do MST no Tocantins, especialmente no Bico do Papagaio. Realizou-se um trabalho coletivo que resultou nessa primeira ocupação, em janeiro de 1998; uma ocupação com aproximadamente 400 famílias. Uma marcha ocorreu de Wanderlândia até Araguaína, com fileiras compondo a marcha de aproximadamente 50 km de extensão. “Foi interessante, porque o MST acabou também fazendo alianças com os sindicatos dos trabalhadores rurais ligado a CONTAG. Quem deu também suporte

ao movimento foram os sindicatos em Wanderlândia, e de Tocantinópolis” (**Entrevistado/militante nº 19**, 2016).

Período de intensos debates sobre a reforma agrária no País, essa foi uma importante ocupação de um latifúndio improdutivo, as margens da rodovia Belém Brasília que ocuparam os imóveis improdutivos denominados de Bom Sucesso, Olho D’água e Mucambo, com uma área total de 6.262 hectares, segundo dados cartoriais do Tocantins. Vieram trabalhadores de municípios como (Araguaína, Tocantinópolis, Adrianópolis, Santa Tereza, Wanderlândia, Araguaianã, Angico, Ananás, Palmeiras, do Tocantins, e Estreito no Maranhão). Os acampados, protagonistas desse processo histórico do MST-Tocantins eram, na sua maioria, camponeses expulsos de suas terras pelos latifundiários grileiros, e sobreviventes dos conflitos das décadas de 1970 e 1980 na Região do Bico do Papagaio.

Para um camponês da Região do Maranhão, que vivia em processo de andança por falta de ter onde morar e produzir, a ocupação do MST no Tocantins significou mudança na sua vida e na da sua família, pois a promessa de um assentamento onde as famílias de camponeses sem terra poderiam recomeçar suas vidas e criar seus filhos, produzir seu sustento sem a exploração dos fazendeiros, com possibilidade de plantar e vender sua produção era um grande sonho. Um entrevistado, que participou da primeira ocupação no Tocantins pelo MST – vindo do Maranhão e vaqueiro na fazenda Água Branca, no município de Estreito – destacou que:

Eu conheci o movimento em 1998, no dia 1º de novembro de 1998, quando nós fizemos a primeira ocupação na fazenda WM do “Doutor” Willian Carlos Milha, um grande fazendeiro; nós acampamos lá com 420 famílias. Naquela época foi dividido todo aquele povo em grupos, em várias cidades, inclusive na nossa cidade que é Palmeiras; foram feitos dois grupos de 46 pessoas e daí eu passei a me integrar no movimento como coordenador de grupo (**Entrevistado nº 10**, 2015).

Em um período de intensas mudanças na economia brasileira, com o desenvolvimento da modernização agrícola, os camponeses sem terra no Tocantins trabalhavam como arrendatários, meeiros e eram, em sua maioria, posseiros que foram expulsos de suas terras, ou tiveram que deixar suas áreas de cultivo temporário ou permanente para se aventurarem em novas áreas de trabalho. Entretanto, não conseguindo essas áreas para garantir a sobrevivência de suas famílias entravam na luta pela terra, por meio das organizações de trabalhadores rurais mediadas tanto pelo sindicato rural quanto pelo MST.

A partir de 1999, o movimento realizou um trabalho de base em Palmas com o intuito de expandir-se e estabelecer uma base na capital do Estado, organizar suas estratégias com o objetivo de pressionar o governo para desenvolver política de desapropriação de terras para fins da reforma agrária. Foi a partir disso que o MST organizou o acampamento “Onalício Barros” que se estabeleceu às margens da BR 153, próximo ao município de Pugmil-TO. O acampamento recebeu trabalhadores de Paraíso do Tocantins e outros municípios adjacentes, que contou com influência do movimento sindical de trabalhadores rurais ligados a FETAT que contribuiu com o MST no estabelecimento do movimento naquela região. A ação resultou no assentamento “Onalício Barros”, em 2006, na área que pertencia à antiga fazenda Maracanã, localizada no município de Caseara (TO).

Em 2001, o MST mudou sua localidade de articulação, saindo de Araguaína e passando para o Município de Paraíso, se tornando o local de coordenação dos trabalhos políticos e técnicos do MST, com uma secretaria operativa. No entanto, o trabalho de base realizado em Palmas, no decorrer de três meses, não atingiu seu objetivo que era articular suas ações a partir da cidade de Paraíso, local onde havia um acampamento, em Pugmil. A justificativa de criar a secretaria operativa na cidade de Paraíso se dava em função da localização geográfica, com melhor acesso à capital; aos municípios de Miracema e Miranorte, localizados na rodovia Belém-Brasília. As ações na região Centro-Oeste do estado possibilitaram a conquista de dois assentamentos, “Paulo Freire I e II”. A partir dessa estruturação o movimento conseguiu avançar na luta conquistando o assentamento “Onalício Barros” em Caseará e “Tchê Guevara” no município de Goianorte e “Padre Josimo” no município de Nova Rosalândia (VIEIRA, 2016).

No período de 2011 a 2016, as ações do MST ocorreram a partir da cidade de Palmas, que organizou o acampamento “Sebastião Bezerra”, no município de Porto Nacional, e mais dois assentamentos: “Santa Tereza” no município de Pindorama e assentamento “Zumbi dos Palmares”, no município de Silvanópolis (VIEIRA, 2016). Em 2017, os acampamentos no estado de Tocantins são: 1. Acampamento “Padre Josimo” (Carrasco Bonito); 2. “Olga Benário” (Município de Fortaleza do Tabocão), 3. “Dom Celso” (Município de Porto Nacional), 4. “Sebastião Bezerra” (Município de Palmas); 5. “Carlos Marighela” e 6. “Irmã Dorothy” (Município de Sampaio).

A expansão do movimento pelo Estado trouxe várias inovações táticas de organização na luta pela terra. Pode-se destacar a adesão a uma concepção de mobilização de massa e uma política de luta, com implicações tanto para a mobilização local dos trabalhadores, como para a definição de alianças políticas com outros Estados e as decisões nos acampamentos do MST, que são tomadas a partir da organização no interior deles. Outro fator importante para o MST no Estado foi a formação política e educação dos seus militantes, assim como da base.

### **Educação e Formação Política no MST-TO: práticas educativas nas ações políticas do movimento**

No pensamento Gramsciano, hegemonia e educação estão dialeticamente integrados na prática social, sendo parte de um processo formativo ideológico que se traduz a partir de estratégias de luta disputadas nas relações de força que culminam na posição hegemônica que deve ser aprovada coletivamente e em constante debate para ser mantida.

A hegemonia-educação e teoria-prática constituem a possibilidade de uma nova relação de teoria política. É um processo de construção mais promissor ao bloco histórico: “O bloco histórico gramsciano seria a elaboração de uma vontade coletiva a partir do interior de determinadas relações de produção, seria nova “formação histórica” com possibilidade de estabelecer, em época de transição, uma direção determinada ao “aparelho produtivo”. A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. [...] Enfim, o bloco histórico encontrar-se-ia relacionado à conformidade possível entre ação histórica e modelo lógico-filosófico, à objetivação da fusão entre teoria e prática, entre uma determinada concepção de mundo e uma ação política coletiva em conformidade com tal concepção”. (GALASTRI, 2013, p.84)

Para Gramsci (1999), toda hegemonia é uma relação pedagógica que ocorre no interior de uma nação entre várias forças que a compõem e, sobretudo, em todo campo internacional e nacional. Para tanto, a hegemonia apresenta um significado da construção de uma nova sociabilidade, da identidade de classe, que ocorrerá por meio da organização dos trabalhadores enquanto indivíduos e enquanto classe e que, necessariamente, exige uma base material.

Por isto, a teoria da hegemonia tem uma relação direta com a educação, pois o conhecimento potencializa o aumento da capacidade crítica dos subalternos e poderá provocar conflitos e enfrentamentos ao grupo que está no poder. Nesse sentido, não seria a educação uma possibilidade de elevar o nível cultural dos subalternos? Sim, afirma Gramsci, a educação é uma possibilidade de elevar o nível cultural dos subalternos, pois é fundamental na luta pela hegemonia e consiste, fundamentalmente, na elevação cultural das massas.

Todavia, Gramsci adverte que:

[...] quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente; operasse, então,

uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo social de ser. Os limites e o domínio da “força das coisas” se restringiram. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mais sim agente e necessariamente ativo (GRAMSCI, 1999, p. 106).

O sentido de educação para Gramsci se realiza por meio de um processo que possibilita aos sujeitos saírem da anomia para a autonomia, tendo como mediação a heteronomia, a partir da compreensão de que o homem é resultado das relações de produção. Não existe, portanto, uma única maneira de conceber todos os homens em qualquer tempo e lugar. Com isso, percebe-se que os homens não agem da mesma forma em todos os espaços e circunstâncias. (1992).

As relações que os homens estabelecem serão determinadas pela forma como a sociedade se organiza estruturalmente na esfera econômica e no âmbito da superestrutura, portanto, também no campo ideológico, o que demarcará a constituição do indivíduo. Nesse caso, a consciência de como os arranjos sociais são pactuados é que determinará qual será a forma do homem interagir com os demais, com o meio e, especialmente, consigo mesmo (GRAMSCI, 1999).

### **Acampamentos como espaço de formação política e educação: trajetórias de práticas educativas**

O Movimento trouxe também uma nova metodologia de trabalho, diferente daquela usada pelos sindicatos, entidade que organizava anteriormente os trabalhadores e ocupava junto com eles as fazendas. Como os sindicatos não tinham a prática de fazer acampamentos, a experiência do MST foi muito positiva, o que contribuiu para que as ocupações dessem certo, em conjunto com formação política.

Para um entrevistado, a novidade que o MST apresentava no processo de ocupação foi bastante significativa, porque antes do MST, os trabalhadores ocupavam as terras, mas cada um dividia o seu lote para plantar sua roça e raramente acontecia uma reunião para discussão dos problemas que eram comuns a todos; era uma luta mais pela terra e não uma luta política social (**Entrevistado/Militante n. 04**, 2015). Foi assim que a fundação do MST no estado do Tocantins apresentou inovações ao processo de ocupação das terras. Nesse sentido, a fala deste militante é emblemática, pois representa a memória de organização e a resistência camponesa, especialmente sobre como os movimentos sociais são importantes na busca de ações que garantam o direito dos camponeses a terra, a produção e ao trabalho.

Ainda sobre a história do MST, destaca-se que “[...] Em um evento que ocorreu dia 23 de agosto de 1997, um seminário que tinha muitas organizações se criou a primeira comissão para criar o MST no Tocantins, essa comissão fez contato com o MST do Maranhão e do Pará para realizar o Trabalho de base” (**Entrevistado/Militante nº 8**, 2015). O objetivo da ocupação era, além de marcar a presença do MST na região, exigir do governo do Estado o assentamento das famílias sem-terra. Foram, portanto, tempos de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro.

As ocupações de terra e as instalações de acampamentos tornaram-se atividades cotidianas que compuseram a paisagem da região do Bico do Papagaio, e se tornou a marca do MST. Mesmo que a tática da ocupação não seja assim tão nova, enquanto ação de luta pela terra no Brasil, o MST a incorporou nas suas ações de mobilizações, principalmente quando a realiza como ocupação de massa, com o objetivo de dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais sem-terra, tais como: a violência sofrida pela expulsão dos posseiros das suas terras; como denúncia ao trabalho escravo; como denúncia da concentração de terras; e com o objetivo principal de desapropriar terras para fins de assentamento dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, “[...] o MST começou a fazer a luta na beira de estrada. Mudou um pouco no período de 2008, 2010 pra cá; e voltou a ocupar terra de novo; aí volta a fazer enfrentamento com o latifundiário direto, percebe?” (**Entrevistado nº 8**, 2015). E, dessa forma, os camponeses vão disputando a terra com os latifundiários e convivendo, cotidianamente, com as ameaças e ações

conflituosas de violência com os jagunços e milícias para defenderem suas terras, lugar de produção e de vida.

Os movimentos sociais do campo, neste caso particular do MST, têm utilizado as ocupações para impor uma agenda para o Estado na busca da efetivação da reforma agrária. Para Fernandes (2000, p. 55):

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária.

As ações e formas de ocupação de terra compõem o enredo da história da luta camponesa no Brasil. São muitas as trajetórias familiares, políticas e culturais que levam os trabalhadores às ocupações de terra e, posteriormente, à formação de acampamentos do MST no Tocantins.

Quanto à estratégia de mobilização das famílias para ocupações, depende do tempo que se tem para realizar a ocupação. A estratégia adotada é aumentar o número de pessoas, para isso recorre-se às pessoas que apoiam a ocupação. Para Macedo (2005, p.487-488):

[...] ela é realizada com um grupo formado essencialmente de militantes, assentados, simpatizantes e acampados de outros locais [...] Quando as condições sociais daqueles que residem nas imediações do acampamento favorecem a entrada de novas famílias, a estratégia obtém resultado esperados. Aos poucos, as famílias que entram substituem o grupo que realizou a ocupação, já que aqueles que a apoiaram retornam para seus locais de origem.

Nesse sentido, as organizações camponesas são fruto das contradições do capital, do modelo de desenvolvimento. No interior dessas organizações (neste caso, específico, o MST), é necessário indicar a força política e social, ajustando a tática e o método do trabalho organizativo, a fim de pautar uma alternativa política de emancipação para classe trabalhadora.

Um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é reeducar para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. São sujeitos em movimento, em ação coletiva, novos e velhos atores sociais em cena que se mostram como atores em público, com maior ou menor destaque. Seu perfil é diverso, trabalhadores, camponeses, mulheres, negros, povos indígenas, jovens, sem-teto. Sujeitos coletivos históricos, resistindo, em movimento. Daí deriva o saber social que para (PESSOA, 1999), acontece, quando os sujeitos e grupos buscam compreender a realidade em que estão submersos, tentando aumentar a capacidade de defesa dos seus próprios interesses, sejam estes econômicos, políticos ou culturais. O saber social é, desse modo, produzido a partir dos conflitos vivenciados pela classe trabalhadora do campo. Logo, o conhecimento se processa na própria experiência de vida, sem lugares específicos para transmissão do saber.

Para (CHRISTÓFFOLI, 2006, p.95) no MST:

O processo educativo, desde seu início, acontece de forma coletiva, com a constituição de comissões nos acampamentos, que se encarregam dos vários aspectos da vida coletiva: construir um barraco para funcionar como escola, conseguir doações de materiais escolares, ou construir bancos e mesas improvisadas para as crianças sentarem etc. Aos poucos essas comissões começam a discutir o processo pedagógico, o aprendizado, a legalidade da escola etc. Essa marca do fazer-coletivo imprime-se como código genético da educação no MST, desde sempre. Não surgiu como elemento teórico trazido de fora, mas como resultado natural de um processo

organizativo e de luta no acampamento, que buscava sempre construir coletivamente as principais decisões envolvendo aquela coletividade em luta.

Essa é base para a construção de uma educação que busca a formação de sujeitos históricos. E a educação do movimento nasceu demarcando uma posição no confronto e na disputa por projetos de campo. Contra a lógica do campo, como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que destrói a vida que nele existe. Nesse sentido é que as mulheres camponesas organizam sua luta, desenvolve práticas educativas e contribuem para uma nova cultura política.

## Mulheres, práxis política e formação: experiências de práticas educativas não escolares

Na constituição do MST a presença das mulheres é muito significativa. Nesse sentido, Schwendler (2016) fornece reflexões sobre o papel da mulher na luta pela terra: “A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma identidade própria, como ‘mulheres sem-terra’, tem possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política” (*Idem*, p. 208). Nesse sentido, as mulheres camponesas têm se mobilizado para denunciar a discriminação e maus-tratos a que são submetidas, assim como a participação na política, construindo novos espaços na luta social, e de empoderamento. Nesse sentido empoderar-se é ter confiança e autoestima, é a capacidade para expressar as próprias ideias; ter liberdade de ir e vir para além da casa e da roça, dos cuidados para com os filhos, com a horta e os animais, que são espaços tidos como da mulher. A ação coletiva e o fazer político; a luta por direitos; e o acesso a programas e recursos, são, portanto espaços e ações das mulheres na nova cultura política, que valoriza a diversidade humana. (SCHWENDLER, 2016,):

Porque são muitos anos dizendo que a mulher não é capaz, que a gente não pode, que nós mulheres não podemos assumir tarefa na luta, não podemos assumir tarefas de liderança, que a gente tem que ficar só no espaço privado, que é o espaço da casa, que a gente não tinha que ir pra rua. Então são anos e anos que dizem isso pra gente! Então esse é o momento do despertar da mulher; é muito importante para os acampamentos, porque no momento do acampamento a gente vê muito forte a participação das mulheres! E no assentamento essas mulheres são mais recolhidas, a não participação nas associações, porque tem um processo também das instituições jurídicas dentro da comunidade, quando se constrói um projeto de assentamento, então as vezes as mulheres acabam sendo excluídas desses espaços. Quando no acampamento é construído esse processo de formação, quando chega no assentamento, aí não tem como excluí-las! Porque elas são sujeitos ativos no processo, não tem como deixar as mulheres de fora porque elas se organizam, elas brigam e bancam sua participação (**Militante nº 07**, 2015).

O protagonismo das mulheres é deslocado do âmbito privado, da esfera doméstica, do espaço da reprodução e passa a ocupar os espaços públicos, os espaços de atuação e protagonismo político historicamente hegemonizado pelos homens; gerando novas relações no interior das famílias e na identidade política do Movimento. Essa é uma das grandes conquistas da formação política e das vivências coletivas geradas no âmbito do MST. Em 1996, nasce o coletivo de gênero do MST como resultado do processo da luta pelo seu lugar na sociedade brasileira.

Diante desse contexto, o Setor de Gênero do MST destaca a importância da participação da mulher na luta por mudanças estruturais, o que passa pela construção da consciência de classe articulada à consciência de gênero. Afirma que, quando as mulheres sem-terra chamam atenção para a necessidade

do MST promover a igualdade de gênero, não estão querendo que o Movimento se afaste da luta de classe, uma vez que uma luta não é contraditória à outra. De forma complementar, contribui para que as mulheres também participem da luta pela transformação social (SCHWENDLER, 2016, p. 217).

Em 2004, é realizado o “III Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra” e nesse mesmo ano e, no ano seguinte, ocorrem atos, seminários e marchas protagonizadas pelas mulheres nos estados brasileiros, mas é no dia 08 de março de 2006 que as ações ganham expressividade nacional, quando cerca de duas mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Na ocasião as mulheres organizaram-se e uniram-se para enfrentar uma transnacional, entrar em seus domínios e destruir várias mudas transgênicas prontas para o plantio. Essa foi a ação que as mulheres camponesas desenvolveram para protestar contra os problemas ambientais causados pelo capital e pelo imenso deserto verde – monocultivo do eucalipto –, especialidade da empresa capitalista escolhida como alvo da ação.

Esse ato transformou a data em uma jornada internacional da luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração. Em 2007, o movimento cresce mesmo diante dos muitos desafios, como a repressão policial, a opinião pública adversa ao movimento e a censura da imprensa a respeito da luta. Não obstante, isso não desanimou as mulheres em movimento; ao contrário, em silêncio as mulheres da Via campesina se organizaram e mais uma vez nas ruas soltaram sua voz e sem medo denunciaram os efeitos nocivos do Etanol, biocombustível em perigosa ascensão no país.

Além disso, nesse mesmo ano, as mulheres realizaram sua primeira ocupação na fazenda Tarumã, propriedade ilegal de outra poderosa transnacional da celulose a sueco/finlandesa Stora Enso, situada na cidade gaúcha de Rosário do Sul. Nessa ação, 900 mulheres e 250 crianças abriram uma vasta clareira no Deserto Verde, para devolver a terra milhares de árvores nativas que foram destruídas pelo capital. Esse tem sido o atual cenário do protagonismo político das mulheres que, diante das adversidades não tem desistido da luta. São mulheres determinadas providas de uma práxis política ousada, conscientes do seu papel histórico, pois sabem que, por meio de suas lutas, estão desafiando o sistema vigente do capital encarnado no agronegócio. Sua luta tem um papel de relevância no conjunto das lutas sociais, como apresenta Maria Orlanda (2008):

A práxis dessas mulheres evidencia um elevado grau da sua consciência de classe que, a partir da dimensão de sua própria luta, potencializam o que nela possa haver de específico e trazem luz aos gravames irreversíveis das contradições que, de modo mais amplo, habita a relação atual do capital com o mundo do trabalho. Além de pôr em xeque falácias da legalidade burguesa, expõe para que o mundo todo testemunhe a tragédia ambiental que o atual padrão de acumulação impõe ao Brasil, país meridional, estruturalmente destinado à condição de colonialidade e de periferia (PINASSI, 2008, p.13).

O movimento das mulheres do MST confirma a radicalidade da luta do Movimento, que é a prática de ocupação, marca da luta pela reforma agrária, desde sua origem. Mulheres que se unem e resistem aos avanços absolutamente destrutivos do capital, desafiando o Estado e as instituições burguesas. Como estratégia política para denunciar a expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, as mulheres camponesas se organizaram e realizaram um ato de ocupação para assim provocar na sociedade o debate sobre a expansão e as formas de dominação do agronegócio na região. Elas se organizaram contra o agronegócio; vieram de toda parte do Estado do Tocantins – assentamentos e acampamentos, do Maranhão e Pará. A ação foi desenvolvida pelas militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento Atingido por Barragens (MAB). A atividade ocorreu na BR-153, Belém-Brasília, em frente à sede de uma fazenda que tem como produção o eucalipto e a expansão do agronegócio. As camponesas ocuparam a fazenda e como

forma simbólica de protesto retiraram mudas de eucaliptos e plantaram no lugar arroz e feijão. O MST apresenta seus argumentos para ocupação como sendo uma ação política:

A ação que resultou na destruição de mudas de eucaliptos em viveiro atenta à disparidade entre os dois projetos em disputa no campo brasileiro. Um é o agronegócio e o outro é a agricultura camponesa, hoje habitualmente chamada de agricultura familiar. Assim, o ato realizado pelas mulheres da via campesina teve o interesse de fomentar um debate na sociedade sobre diversos aspectos. Entre eles a comparação entre os dois projetos no campo mencionado acima e mostrar que os números comparados entre a agricultura camponesa e o agronegócio desmistifica uma série de questões. Atualmente, a agricultura familiar recebe apenas 14% de todo crédito disponível para o setor agrícola, enquanto os 86% restantes ficam com a agricultura e a agropecuária de extensão, característica do agronegócio. (Carta resposta do MST, 2015, mimeo).

A ocupação possibilitou às mulheres camponesas a participação no processo de construção da luta pela terra, dentro dos limites impostos pelas condições de produção e reprodução da sua vida como trabalhadoras do campo. O objetivo da manifestação era mostrar à sociedade que os agrotóxicos matam e que os alimentos saudáveis que elas produzem todos os dias e que vão para a mesa, frescos e saudáveis, precisam de terra e de investimentos do Estado para serem produzidos. A palavra de ordem “Se o campo não planta a cidade não janta!” fez parte do repertório dessa manifestação. A organização das mulheres camponesas é resultado de uma inquietação coletiva, mas que passou a ser interiorizada também de forma individual, quando participam das atividades políticas do movimento, dos espaços públicos onde estão, por exemplo na escola dos seus filhos, das decisões das tarefas em seus barracos, ou casas onde residem.

Nesse cenário, refletem sobre os conflitos e as dificuldades encontradas na vida cotidiana, bem como as possibilidades de fazer a diferença a partir de um coletivo organizado politicamente. Disso surgem as ocupações como forma de denunciarem a exploração no campo e a expulsão dos camponeses e camponesas de suas terras. A luta das mulheres camponesas é notadamente por direitos e por uma vida digna no campo, é, sobretudo, uma luta por espaços democráticos de participação e organização das trabalhadoras do campo, como um movimento classista, porque elas compõem a classe trabalhadora e buscam relações de igualdades em uma sociedade tão desigual tanto para a classe, quanto para as mulheres. Para elas a melhor escola é o próprio movimento; cada uma ensina de acordo com sua experiência e aprendem umas com as outras, reconhecem que o maior conhecimento é adquirido no dia a dia, que se traduz na diversidade de saberes, que lhes ajudam a entender porque lutam e a grandiosidade e importância da luta que travam cotidianamente.

Essas mulheres entendem que só a partir de muita luta poderão conseguir a terra, e que ao conseguir a terra ela não termina, ao contrário, se configura árdua e longa. Sabem que para obterem uma vida digna no campo a luta para o acesso a políticas públicas que permita aos trabalhadores camponeses viver e produzir no campo dignamente deve continuar. A capacidade de indignar-se diante das injustiças se transforma em ações concretas cotidianas para a superação das dificuldades nas suas realidades.

Eu tô nessa luta e não vou desistir não! Só se os outros desistirem, porque junto nós tem união, tem força pra você buscar qualquer coisa. Eu plantei arroz e colhi 66 sacos de arroz e dividi entre meu povo, meu arroz não é para vendê é para a família. Era muito arroz e era bom, aí eu dei uma parte para minha filha e fiquei com a outra, ainda hoje eu tenho mais de 25 volumes cheio. Aqui o fazendeiro dá a terra, mas você tem que plantar o capim pra ele, quando você termina de colher o arroz, o capim já tem que tá subindo no jeito. Por

isso quero uma terra para eu trabalhá pra mim (**Entrevistada nº 15**, 2016).

As mulheres indicam que a luta pela terra se transformará em luta pela reforma agrária e, sobretudo, que há um caráter político nesse movimento de lutas, pois é a política que sustenta a convivência na diversidade, que gera indignação e ação, que por sua vez é um elemento aglutinador do MST, que reúne pessoas de todos os credos, culturas e regiões do país.

[...] eu nunca desisti, desde quando eu cheguei aqui eu nunca desisti! Eu não queria vim não. Mas, aí ele disse: “Vamo prá nós arrumá um pedaço de terra, pra trabalhar, pra gente colocar um pedacinho de roça, pra comer uma espiga de milho madura, um abate de feijão!” A gente só bota na terra dos outros. Aí ninguém pode plantar um pé de macaxeira que o dono da terra diz: “Não quero! A terra é pra botar o gado pra comer, que o gado tá morrendo de fome”. Aí então eu vim pra cá, aí quando eu cheguei aqui, largá de mão? Ele já quis desistir, aí eu disse: “Sou difícil de entrar, mas depois de entrar eu não quero sair!” Nós temos que aguentar o tapa, né? Tem que aguentar a taca, um dia nós chega lá! Aí eu estou nessa fé de chegar. Se Deus quiser! (**Entrevistada nº 12**, 2016)

Diante da realidade marcada por dificuldades e desafios, as mulheres vão conhecendo a realidade uma das outras; elas se assumem como sujeitos de sua própria vida e como protagonistas de suas histórias. Juntas, constroem um movimento nacional de mulheres do campo, em meio a uma diversidade de expressões culturais, regionalidades e práticas sociais, possibilitando que suas ações publicizem à sociedade os limites e barbáries do capital.

O protagonismo das mulheres na luta pela terra, portanto, é também uma das dimensões do Movimento Sem Terra. Entretanto, o papel que vêm desempenhando ao longo do processo histórico na luta pela terra no MST e as relações de gênero constituem-se em avanços, mas, contraditoriamente, em recuos, haja vista que as mulheres em luta buscaram também sua inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho, quanto da política e isto não se configura facilmente. Esse ainda é um processo em construção e um grande desafio às mulheres e ao movimento. Na Jornada Nacional das mulheres em 08 de março de 2016, quando realizaram manifestações por todo país, expressão de sua práxis política, os jornais do país noticiaram suas ações. O jornal G1 Tocantins fez a seguinte menção ao ato político de ocupação do MAPA:

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), invadiram o prédio da Superintendência Federal da Agricultura, em Palmas, na manhã desta terça-feira (8). [...] Os integrantes disseram que foram ao local para apresentar as reivindicações, mas foram recebidos de forma agressiva pela direção da Superintendência e por isso houve confusão. O órgão negou a agressão. Segundo o funcionário, ao chegar no local, o grupo gritou as palavras de ordem: “Não aceitamos o MATOPIBA. Não aceitamos o agronegócio!” Os manifestantes reivindicaram melhores condições para os trabalhadores do campo, educação e respeito. Também pediram a redução do uso de agrotóxicos na agricultura. “Nós fomos recebidos aos empurrões”. [...] Antes do protesto foi realizada uma marcha pelo Dia Internacional da Mulher pelas ruas de Palmas. Conforme a organização cerca de 200 pessoas participaram do protesto. (G1, Tocantins, INTEGRANTES DO MST QUEBRAM PORTA E INVADEM PRÉDIO PÚBLICO EM PALMAS. 2016).

As mulheres como protagonistas políticas lutam contra a opressão, discriminação e dominação praticadas contra a classe trabalhadora; reivindicam o direito de permanecer no campo,

produzindo alimentos, preservando a vida. Demonstraram na ocupação que com a mobilização política podem denunciar a expansão do agronegócio no Estado do Tocantins. Sabem que, especialmente como mulheres camponesas, podem dirigir suas ações e experiências, reunindo forças para enfrentar o capitalismo, sistema que produz ao mesmo tempo a opressão de gênero e a exploração de classe, que fere a dignidade das mulheres e de homens trabalhadores.

Nas falas das mulheres também se constatou que a conquista da terra não é o fim da luta, é notadamente o ponto de partida, pois elas entendem que é pelo processo de ocupações e assentamentos que os Sem Terra transformarão essa luta na luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária. Para o MST, esse é o debate a ser realizado: apresentar à população brasileira a importância da reforma agrária para o Brasil. A utilização da terra como bem público de favorecimento e cultivo da vida em prol da coletividade. Uma agricultura diversificada, cuja única ambição é o sustento da população brasileira e não meramente gerar lucros para empresas nacionais e estrangeiras, em detrimento da vida social e ambiental.

Como elementos articuladores da luta das mulheres e do conjunto dos camponeses no MST, a educação e a formação é potencializadora de transformações de uma cultura política local e nacional.

### **Considerações finais**

A pesquisa apontou que os Trabalhadores Rurais Sem Terra mudam sua forma de atuação em relação aos seus direitos, que antes eram desconhecidos, como por exemplo, o direito à terra. Ao participarem do processo da luta pela terra adquirem uma formação política a partir da sua imersão no Movimento, que por meio das lutas sociais lhes possibilitam uma formação política, tornando-os capazes de elaborar resistências ao capital, cuja materialização se concretiza no projeto do agronegócio. A partir do momento em que entram no Movimento, esses Sem Terra quebram as amarras que os trouxeram até aqui, quais sejam a de subalternidade aos fazendeiros, latifundiários que os oprimiram a vida inteira. Percebem que a resistência e a organização política os tornam mais fortes. Por isso, o processo formativo através da luta política e da teoria, ou seja, da práxis política, é indispensável para superar os entraves do desenvolvimento pautado pelo programa do MST, que busca a superação da subordinação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos capitalistas. Projetos em disputas na sociedade, este é o princípio do Movimento.

E, também que a práxis do MST e a relação com a formação política possibilita o combate a alienação política, uma vez que o sujeito da ação é o mesmo sujeito da reflexão, e que as ações e estratégias para formação dos seus quadros é efetivamente a práxis. Ao defender a práxis no cotidiano – que pode se configurar tanto nos grandes movimentos de transformações políticas, quanto nas pequenas atividades que conduzam à produção dos meios de vida para a subsistência do sujeito em ação – é que a ocupação, as manifestações, a organização dos coletivos de assembleias no acampamento se configuram em espaços que contribuem efetivamente no processo de formação dos camponeses em luta pela terra, assim constituindo práticas educativas.

Na história da luta pela terra constituem-se novas experiências para os envolvidos no espaço de socialização política. O dimensionamento da práxis, com base na elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, pode contribuir efetivamente para a conscientização da trabalhadora e do trabalhador do campo, como sujeito coletivo e, conseqüentemente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilita o avanço na luta. A história mostra que as lutas sociais no campo não se restringem à simples obtenção da sobrevivência; pelo contrário é a experiência do envolvimento nos confrontos que gera um saber social a ser criado e transmitido e que estes vão se configurando como práticas educativas, elaboram repertórios políticos e educativos no processo de identidade da classe trabalhadora.

Quanto à educação defendida pelo movimento, alguns objetivos estão interligados: conhecer os desafios para organizar novas formas de trabalho no campo e na cidade; buscar compreender a realidade e agir para transformá-la; possuir valores e ações coerentes com o projeto do movimento, educando para transformação social, ou seja, com formação para o trabalho, não qualquer trabalho, mas buscando superar a formação para o mercado capitalista; conhecer cientificamente a realidade para transformá-la, especialmente educar para ação, enquanto atividade planejada, coletiva e

fundamentada, portanto desenvolvida a partir da práxis.

## Referências

BARBOSA, Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois — Porto Nacional, TO, UFT.** Dissertação de mestrado, 2016.

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHRISTÓFFOLI, Pedro. Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão-** MDA: Brasília, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico. In: LOMBARDI, José Claudinei. MAGALHAES, Livia D. Rocha; SANTOS, Wilson da Silva. (Orgs.). **Gramsci no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Librum editora, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. **Cadernos do Cárcere.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. **Cadernos do Cárcere**, v. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEDEIROS, Rejane C. A. de. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) - TO: trajetória de organização e formação política.** 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2017.

MACEDO, M. E. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. Revista Mana (Rio de Janeiro), Relume Dumaré/PPGAS/ Museu Nacional, v. 11, n.2, p.473- 479, out., 2005.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Aprender e ensinar no cotidiano de assentamentos rurais em Goiás.** Revista da ANPED, n.10, jan.-abr, p.79-89, 1999.

PINASSI, M. O. **Uma Ontologia dos Movimentos Sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres.** Revista Pegada, v. 9, n.2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>. Acesso em: 05 jun. 2015.

SCHWENDLER, S. F. **A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas.** Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa.php?modo=1&sobreposicao=S>. Acesso em: 23 mai. 2016.

**Integrantes do MST quebram porta e invadem prédio público em Palmas.** <http://g1.globo.com/>

to/tocantins/noticia/2016/03/integrantes-do-mst-quebram-porta-e-invadem-predio-publico-em-palmas.html. Acesso em 14/09/2018.

Recebido em 19 de julho de 2019.  
Aceito em 10 de dezembro de 2019.